



Brasil, qual é o balanço econômico?

Brazil, what is the economic balance?

Pierre Salama – Doutor em Economia pela Universidade Paris-Sorbonne, França. Professor Emérito da Universidade de Paris-13, França. E-mail: pierresalama@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma avaliação econômica da presidência de Bolsonaro (01.01.2019-01.01.2023). Analisamos o triângulo das incompatibilidades: desigualdade de renda pronunciada, reprimarização da economia e alto crescimento econômico e, se acrescentarmos o meio ambiente, poderemos imaginar a quadratura impossível do círculo. O resultado desta impossibilidade é a estagnação econômica, a persistente alta desigualdade, a deterioração do padrão de vida, especialmente para os mais pobres, e, finalmente, graves danos ao meio ambiente com o aumento do desmatamento. A pandemia e a guerra na Ucrânia estão abalando uma economia já “doente” e revelando a crise estrutural no Brasil. Eles também ressaltam os pontos de inflexão no funcionamento do mercado de trabalho. As rupturas já estão presentes, precipitadas pela pandemia, a guerra na Ucrânia, a exaustão política da atual presidência. O Brasil é hoje um país em uma encruzilhada.

Abstract

The purpose of this article is to present an economic assessment of Bolsonaro's presidency (01.01.2019 - 01.01.2023). We look at the triangle of mismatches: pronounced income inequality, reprimarization of the economy, and high economic growth, and if we add the environment, we can imagine squaring the circle impossible. The result of this impossibility is economic stagnation, persistently high inequality, a deterioration in the standard of living, especially for the poorest, and, finally, serious damage to the environment with increasing deforestation. The pandemic and the war in Ukraine are shaking an already “sick” economy and revealing the structural crisis in Brazil. They also highlight the turning points in the functioning of the labor market. The ruptures are already present, precipitated by the pandemic, the war in Ukraine, the political exhaustion of the current presidency. Brazil is today a country at a crossroads.

Palavras-chave

Estagnação Econômica. Reprimarização. Desindustrialização. Desigualdades. Meio Ambiente.

Keywords

Economic Stagnation. Reprimarization. Deindustrialization. Inequalities. Environment.

INTRODUÇÃO¹

A maioria dos países da América do Sul têm muitos dilemas em comum do ponto de vista estrutural: desigualdades muito altas na riqueza e na renda; altos índices de informalidade no emprego e pobreza; uma reprimarização da economia; uma deterioração significativa do meio ambiente; maior abertura financeira do que abertura comercial; desindustrialização precoce; tendência à estagnação econômica; um nível extremamente alto de violência; desconfiança das instituições devido à corrupção e ao clientelismo prevaLENcente; e uma relação principalmente ambígua com os movimentos evangélicos fortemente estabelecidos (SALAMA, 2021a). O Brasil marca em todas estas caixas. O Brasil comparece em todos esses quesitos. De certa forma, estas são as dez pragas do Brasil. A estas pode ser acrescentada uma história política que revela a fragilidade da construção da democracia (nostalgia do período ditatorial do final dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – abertura em 1979 –, o barulho das botas militares de novo antes das eleições de outubro de 2022).

Este é o contexto global. O objetivo deste artigo é apresentar uma avaliação econômica do governo de Bolsonaro (01.01.2019 - 01.01.2023). Na primeira parte, analisaremos o triângulo das incompatibilidades: desigualdade de renda pronunciada – reprimarização da economia –, alto crescimento econômico e, se acrescentarmos o meio ambiente, poderemos acrescentar a quadratura impossível do círculo. O resultado desta impossibilidade é a estagnação econômica, a continuação da alta desigualdade e, até mesmo, com o aumento acelerado dos preços em 2022, a deterioração do padrão de vida, especialmente dos mais pobres, e finalmente, graves danos ao meio ambiente com o aumento do desmatamento.

Dois fatos entelequiais²: a pandemia e a guerra na Ucrânia que impactam uma economia já “doente”. Eles são indicadores da crise estrutural que o Brasil está atravessando. Eles também revelam os pontos de inflexão no funcionamento do mercado de trabalho. São surpresas que nos fazem pensar. Analisaremos estas surpresas em uma segunda parte.

¹ Agradecimentos à profa. Dra. Edna Castro pela tradução deste artigo para a língua portuguesa.

² Os eventos entelequiais têm causas externas que não são muito previsíveis e que perturbam profundamente os caminhos econômicos dos países e tornam as previsões de longo prazo pouco confiáveis se esses eventos não forem levados em conta. Os economistas geralmente levam pouco em conta a possibilidade do aparecimento de eventos entelequiais, ao contrário dos ecologistas atuais, que se concentram na “preparação”, ou seja, “em doenças que ainda não existiram” (ROBIN, 2021, *passim*).

1 UMA ECONOMIA À DERIVA

Embora a taxa de crescimento tenha sido ligeiramente maior sob a presidência de Lula (01.01.2003 - 01.01.2011), ela tem sido baixa em média por quatro décadas. A reprimarização está acelerando com o desmatamento da floresta tropical amazônica e seus danos ao meio ambiente e à vida dos povos indígenas que ali vivem. A desindustrialização continuou nos anos 2000 e aumentou sob a presidência de Bolsonaro.

Uma política social de redistribuição de renda em favor das pessoas mais modestas e mais pobres (Bolsa Família, ajuda habitacional, “Fome Zero”³), um esforço na educação favorecendo o acesso dos mais pobres às universidades, como as praticadas sob as presidências de Lula I e II e Dilma Rousseff I e II (01.01.2011 - 31.08.2016, destituída do cargo), são desejáveis e necessárias, mas têm um efeito relativamente limitado se o crescimento não for retomado de forma significativa e sustentável. Quanto menor a taxa de crescimento, menor é a probabilidade de uma criança nascida em família pobre, não ser pobre como seus pais. A principal consequência social de uma baixa taxa média de crescimento do PIB em longo prazo é, portanto, a baixa mobilidade social que uma política social de transferências sociais e educação dificilmente pode neutralizar completamente.

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro 1996-2018

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
2.2	3.4	0.3	0.5	4.4	1.4	3.1	1.1	5.8	3.2	4	6.1	
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018			
- 0.1	7.5	4	1.9	3	0.5	-3.5	-3.3	1.3	1.8			

Fonte: IBGE (2021).

³ E elas podem ser revertidas. José Graziano da Silva, coordenador do Plano Fome Zero (2003) e ex-diretor da FAO, considera que: “As políticas de segurança alimentar devem ser políticas estatais, não políticas governamentais. O direito à alimentação está consagrado na Constituição Brasileira, assim como os direitos à saúde e à educação. Mas ao contrário dos dois últimos, não existe uma rubrica orçamental constitucionalmente determinada para o direito à alimentação. Isto permite ao governo atual cortar orçamentos ou mesmo eliminá-los. É incrível como Bolsonaro desmontou o que foi construído, e como ele o fez rapidamente. Ele eliminou quase todo o programa, exceto por algumas das medidas mais populares, como o esquema de cantina escolar, que é uma das únicas a ser mantida hoje” (SILVA, 2022, não paginado). De acordo com os resultados obtidos pela rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), o número de pessoas com grave insegurança alimentar e que sofrem de fome atinge 15,5 milhões de pessoas. Em relação ao número de pessoas não afetadas pela insegurança alimentar, tem-se que ele atinge 88,2 milhões. A fome afeta mais pessoas em termos relativos no Norte e no Nordeste (FOME CRESCE..., 2022).

Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB sob a presidência de Bolsonaro, 2019-2022

	2019	2020	2021 ^e	2022 ^p	2023 ^p
Taxa de crescimento do PIB	1.2	-3.9	4.9	1.4	2.7

Fonte: WORLD BANK (2022, p. 86).

Nota: Estimativa “e”, previsão “p”: devido a um fato entelechial (a guerra na Ucrânia), é provável que a taxa de crescimento de 2023 seja menor do que o previsto. O Morgan Bank estima que o crescimento deve ser de 0,5%. O PIB é medido ao preço médio de mercado (2010-2019) convertido em dólares à taxa de câmbio média durante este período.

A crise de 2015-2016 foi a maior que o Brasil viveu desde a década de 1930. Ao contrário de outras crises no passado, esta saída da crise não levou a uma forte recuperação. Foi lento com taxas de crescimento muito baixas. E a pandemia em 2020 revelou seus problemas estruturais⁴.

Por que uma taxa de crescimento tão baixa durante um longo período? Será por causa das altas desigualdades de renda e riqueza, uma reprimarização e desindustrialização significativas e, em última análise, devido à falta de políticas industriais que permitissem o surgimento de setores dinâmicos em nível internacional?

1.1 DESIGUALDADE DE RENDA ELEVADA É UM FREIO AO CRESCIMENTO?

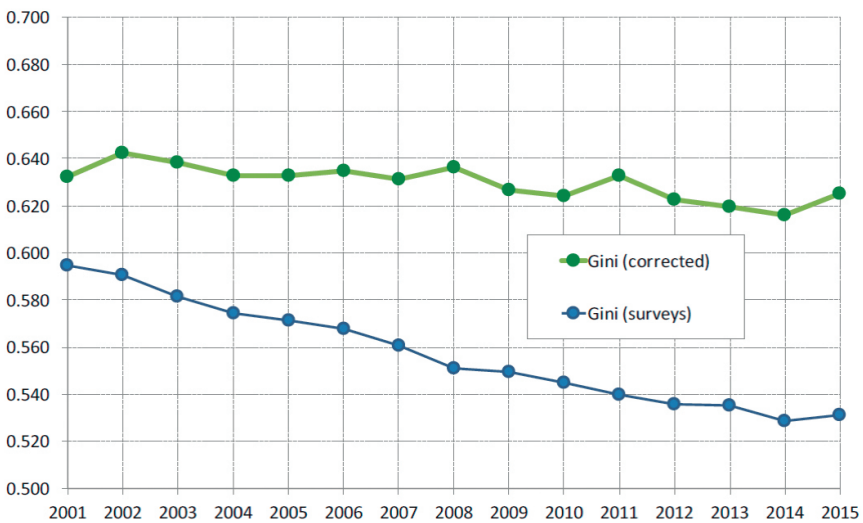
A desigualdade de renda é muito alta. O Gini⁵, um indicador de desigualdade, está em torno de 54 em uma escala de 0 a 100. Após impostos diretos e transferências de renda para os mais pobres, o Gini cai cerca de dois pontos, enquanto nos países avançados cai de 12 a 14 pontos graças a uma

⁴ Desenvolvemos este tema em Salama (2021a), no capítulo 2 intitulado “Por que os países latino-americanos sofrem de estagnação econômica em longo prazo?”. Ver também Cepal (2021a).

⁵ O coeficiente de Gini é um indicador global de desigualdade que relaciona as porcentagens da população com as porcentagens da renda distribuída. A população e a renda, em porcentagem, formam os dois lados de um quadrado. A distribuição da renda é mais ou menos desigual em diferentes países: por exemplo, 10% da população recebem 5% da renda, 20% recebem 9% etc. A interseção das ordenadas e abscissas define uma linha curva chamada curva de Lorenz. Esta linha representa a distribuição pessoal da renda. A área entre esta linha e a diagonal, relacionada à metade da área, é um indicador de desigualdade, chamado Gini. Áreas semelhantes podem ser observadas em diferentes momentos, ou seja, um Gini estável, mas com diferentes curvas de Lorenz, o que, em linguagem simples, significa que o mesmo Gini é compatível com diferentes distribuições de renda: o aumento relativo dos rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos pode ser compensado por diminuições relativas dos rendimentos dos estratos médios, isto obviamente não é sempre o caso e as variações no Gini são um indicador simples que geralmente precisa ser complementado por outros indicadores, como rácios quintis e outros indicadores mais sofisticados, como os de Atkinson ou Theil.

política fiscal muito menos regressiva e a transferências sociais mais substanciais do que no Brasil. Ao contrário do que foi anunciado, particularmente sob as duas presidências de Dilma Rousseff (01.01.2011 – 31.08.2016, impugnada em 2016), ela quase não caiu, pois a renda dos mais ricos foi subestimada nas pesquisas. Quando nos referimos à renda declarada dos 10% mais ricos e, portanto, não nos limitamos às declarações feitas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), as anunciadas diminuições da desigualdade não aparecem⁶ (Figura 1).

Figura 1 - Mudanças no Gini antes de impostos e transferências, mas incluindo pensões, 2001-2015 – Gini oficial e Gini ajustado



Fonte: Morgan (2017, p. 59).

Nota: Estes dados são confirmados pelo trabalho da Cepal (2021b) para 2020 que apresenta um índice Gini adicional que leva em conta os juros não distribuídos e é automaticamente adicionado pelas instituições financeiras à conta de capital dos detentores. Este Gini seria então 0,69.

Segundo os cálculos da Cepal (2021b), a desigualdade de renda cai ligeiramente durante o período da pandemia, seja medida por Gini (em 2017, o Gini era de 0,534 e, em 2020, de 0,52) ou por quintil. Isto é um paradoxo em si porque “normalmente”, durante uma crise econômica, a desigualdade aumenta. O número de bilionários aumentou sob o mandato de Bolsonaro e o mesmo aconteceu com a sua riqueza média. Das 104 pessoas mais ricas da

⁶ Ver Medeiros *et al.* (2015) e Morgan (2017). Nós mesmos analisamos o paradoxo entre as declarações governamentais que enfatizam o declínio da desigualdade de renda, enquanto, com a globalização financeira e comercial, a desigualdade aumentou em todos os países e, acima de tudo, a parcela da renda dos 5% mais ricos aumentou quase vertiginosamente. Ver Salama (2011, 2012).

América Latina, 64 são brasileiros, segundo dados da Forbes reportados pela Cepal (2021c, p. 65). A riqueza dos bilionários brasileiros como porcentagem do PIB corresponde a 16,1% do PIB do Brasil. Sua riqueza média medida em dólares correntes em 2020 era 136.849 vezes maior do que a da população adulta. Sua riqueza caiu ligeiramente entre 2019 e 2020 (-21%), mas isto foi mais do que compensado pelo aumento entre 2020 e 2021 (52%).

O Brasil é um país muito desigual em sua distribuição de renda. A demanda das classes trabalhadoras e baixas está muito distante daquelas das classes média e alta. Mesmo quando se leva em conta o tamanho da população, o tamanho total das classes média e rica permanece relativamente pequeno em relação aos segmentos de oferta que produzem os bens duráveis para os quais são os principais clientes, especialmente porque, com o progresso técnico, o tamanho ideal da oferta nestes segmentos está crescendo. A rentabilidade nestes setores é então muito baixa, insuficiente em comparação com outras oportunidades de investimento na construção civil, nas finanças, bem como na produção de matérias primas.

A discussão teórica, portanto, concentra-se na emergência e consolidação do comportamento dos rentistas ligados a este modelo de crescimento excludente. O tamanho do mercado interno é insuficiente, apesar da grande população, para que segmentos dinâmicos da oferta sejam suficientemente lucrativos. O aumento da demanda por bens e equipamentos duráveis é atendido por um aumento na importação desses bens em vez de um aumento na produção local, especialmente quando a restrição externa é aliviada.

Com a globalização, a economia brasileira certamente se abriu ao comércio internacional, mas, no final, permanece relativamente fechada. O peso das exportações brasileiras nas exportações mundiais é baixo e permanece estável. Ela subiu de 1% para 1,2% entre 1980 e 2012 (provavelmente um pouco mais com o aumento do valor das exportações de matéria-prima), enquanto as exportações da China subiram de 1% para 12% nesse mesmo período. Em termos absolutos, o Brasil está mais aberto do que nos anos 70, mas em termos relativos sua abertura é a mesma. A restrição de competitividade é mais importante do que no passado, quando o país era mais protecionista, mas o relaxamento da restrição externa graças ao *boom* das exportações de matérias-primas torna possível a importação a preços mais baixos do que os da produção nacional.

Pode-se pensar que, graças a esta abertura, as restrições de oferta (uma dimensão que aumenta com o progresso técnico) poderiam ser parcialmente levantadas, como aconteceu na Coreia do Sul (um país seis vezes menor em termos de população), onde a demanda externa se soma à insuficiente demanda

interna devido às desigualdades de renda. A contradição entre as dimensões de oferta e demanda para setores dinâmicos poderia então ser resolvida. Este não foi o caso, com exceção de algumas poucas empresas. O comportamento do rentista prevaleceu (ver acima). O resultado é que a taxa de investimento é medíocre, especialmente se comparada com a dos países asiáticos, e paradoxalmente, com a queda da desigualdade, mesmo sendo menor do que as anunciadas ontem, o crescimento caiu.

Tabela 3 - Evolução da formação bruta de capital em % do PIB, 2017-2021

	Evolução da formação bruta de capital em % do PIB					Diferenças entre anos			
	2017	2018	2019	2020	2021	21-20	21-19	21-18	21-17
FBCF/PIB									
Preços correntes	14.6%	15.1%	15.5%	16.6%	19.2%	2.6	3.7	4.1	4.6
FBCF/PIB									
Preços de 2021	15.6%	16.1%	16.5%	17.1%	19.2%	2.1	2.6	3.1	3.6

Fonte: IBGE (2021).

1.2 COMPORTAMENTO DO RENTISTA REFORÇADO PELA REPRIMARIZAÇÃO

O Brasil exporta cada vez mais produtos primários do que nos anos 1950-1990, em relação ao total das exportações. Esta reprimarização das exportações data do início dos anos 2000 e tem continuado sob a presidência de Bolsonaro. A reprimarização é um importante fator de vulnerabilidade na medida em que o valor das exportações depende cada vez mais da demanda de matérias-primas, sobre a qual o Brasil tem pouco controle, pois depende da forte demanda de países principalmente asiáticos, mas também de sua volatilidade.

De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2022), as exportações de produtos primários representarão pouco mais da metade das exportações totais do Brasil em 2020, ou seja, 17% para soja, 13% para óleo e derivados do petróleo (excluindo produtos químicos), 10% para minerais, 6% para carne, 4% para papel e celulose, 3% para cana-de-açúcar, 2% para café e 1% para madeira. Em comparação com o início do século XX, as exportações atuais de matéria-prima são diferentes (muito mais soja e menos café) e produzidas com tecnologias mais sofisticadas (pesticidas etc.).

Se nos limitarmos à soja em grãos, observamos um forte aumento nos volumes de exportação em milhões de toneladas a partir de 2017 e uma relativa

estabilidade a partir daí, com exceção de 2019. Em contraste, os preços subiram acentuadamente em 2021. Dessa maneira, o valor dessas exportações aumentou, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 - Exportação de grãos de soja e valor das exportações de farelo e óleo de soja 2016 -2022

	2016	2017	2018	2019	2020	2021*	2022**
Volume em milhões de toneladas	51.6	68.2	83.6	74.1	83	86.1	86.9
Preço médio em dólar/tonelada	375	377	397	352	344	449	530
Valor em bilhões de dólares	19.3	25.7	33.2	26.1	28.6	38.6	46.1
Valor da farinha de soja	5.8	5.2	5	6.7	5.9	5.9	7.6
Valor do óleo de soja	1.2	0.9	1	1	0.7	0.8	1.4

* estimativa, ** projeção

Fonte: Abiove (s. d.).

As exportações totais do Brasil (primárias e industriais) são relativamente diversificadas. Assim como seus destinos, embora os dirigidos à China e à Ásia tenham se tornado cada vez mais importantes, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 - Destino das exportações brasileiras em bilhões de dólares, 2019-2021

	2019	2020	2021	Variation 21/19
China	63.4	67.8	87.8	38.5%
Ásia	93.2	99.3	130.2	39.7%
Estados Unidos	29.7	21.5	31.1	4.7%
América do Sul	28	22.7	34	21.4%
União Europeia*	30	27.6	36.6	22%
Total	221.1	209.2	280.6	26.9%

* sem Reino Unido.

Fonte: SECEX (2022).

Em geral, as exportações de mercadorias são voláteis. As publicações do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre commodities mostram que a magnitude dos “*booms*” é maior do que as quedas nos últimos dez anos, mas que a duração das quedas supera a duração dos “*booms*”. A vulnerabilidade de um país que se (re)especializa na exportação de commodities é, portanto, alta, pois tem pouco controle sobre estes desenvolvimentos por vezes brutais.

A reprimarização é acompanhada por uma deterioração do meio ambiente, seja através da expansão da mineração ou da produção agrícola. Embora este artigo não possa entrar em detalhes sobre este importante ponto, deve ser enfatizado que não é isento de efeitos deletérios sobre a possibilidade de surgimento de novas pandemias, especialmente quando envolve o desmatamento da Amazônia, os pulmões do planeta (ver box).

Box 1

Desmatamento, mudança climática e novos vírus

O desmatamento da floresta amazônica que vem ocorrendo nos últimos anos, fortemente incentivado pelo presidente Bolsonaro, no Brasil, com o objetivo de aumentar as áreas dedicadas às culturas de exportação e à exploração de recursos minerais, não está isento de consequências para o aparecimento de vírus e a mudança climática em geral. Sabe-se agora que a perda maciça da biodiversidade muda o equilíbrio ambiental. A menor biodiversidade aumenta a possibilidade de que espécies resistentes possam transmitir vírus aos seres humanos, direta ou indiretamente, transmitindo-os a outras espécies em contato com os seres humanos. Por outro lado, o aumento da biodiversidade, especialmente onde ela foi gravemente danificada, reduz a probabilidade do aparecimento de novas epidemias, que é o que os ecologistas chamam de “efeito de diluição”. Naturalmente, a questão aqui não é afirmar que a responsabilidade direta pelo aparecimento da SARS-COV-2 – que está na origem da atual pandemia – está diretamente ligada ao desmatamento da floresta amazônica, mas insistir na relação causal entre os danos à biodiversidade em muitos países e o aparecimento de vírus. A crise atual exige mudanças na forma como produzimos, consumimos e comercializamos, favorecendo curtos-circuitos e o respeito à biodiversidade e, no caso do Brasil, preservando a grande floresta e outras regiões ameaçadas pela redução da biodiversidade em favor da monocultura.

A reprimarização pode levar à desindustrialização. Este não é o caso em todos os países, mas é no Brasil. Em um contexto internacional marcado pela ascensão das economias asiáticas e sua dependência de determinadas matérias-primas, os lucros obtidos com o retorno à integração internacional centrada na exploração e venda de matérias-primas são, na maioria das vezes, maiores do que aqueles possibilitados pela exploração da força de trabalho na indústria, especialmente quando esta última está sujeita a uma forte concorrência e sofre de competitividade insuficiente. Além disso, os lucros da financeirização desviam parcialmente os investimentos para o setor industrial⁷. No total, a taxa

⁷ Muito tem sido escrito sobre a financeirização, suas causas e efeitos, veja nosso artigo (SALAMA, 2018). Observe o último artigo de Bruno (2022). Acrescentemos que a atração por títulos públicos por parte de empresários e bancos tem sido menos sustentada durante a presidência de Bolsonaro: as taxas de juros reais de base (a Selic), que até pouco tempo eram muito altas, tornaram-se negativas de 2020 a maio de 2022, sendo o aumento da taxa de base menos rápido do que o dos preços.

de investimento é baixa, como vimos, o que logicamente produz uma relativa desindustrialização em longo prazo.

Devido à sua escala, as exportações de matérias-primas relaxam a restrição externa e causam uma apreciação da moeda nacional em relação ao dólar em termos reais (deflacionado por um índice de preços). Esta valorização da moeda nacional estaria na origem da desindustrialização observada. Ela facilita as importações, tornando-as menos caras em reais, enquanto as exportações de produtos industriais, excluindo as matérias-primas, são penalizadas porque se tornam menos competitivas. Os primeiros substituem parcialmente a produção nacional, enquanto os segundos têm menos espaço para fortalecer a produção nacional.

As presidências de Lula (I e II) e Rousseff (I) viram fortes apreciações da moeda nacional (intercaladas com crises cambiais) e uma consequente desindustrialização contra a qual Rousseff (II) tentou se opor.

Tabela 6 - Taxas de câmbio, base índice 1999 = 100, 2019 – fev. 2022

	Taxa de câmbio real R/dólar	Taxa de câmbio efetiva
2019	69.8	55
2020	77.1	60.6
2021	64.4	52.9
01.2022	66	56.7
02.2022	62.2	52.2

Fonte: IPEA (2022).

Nota: O aumento do índice significa uma depreciação e vice-versa.

A relação entre valorização da moeda e desindustrialização nem sempre é relevante. Nos últimos anos, não houve uma apreciação significativa da taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, nenhuma reindustrialização. O real não se valorizou significativamente em relação ao dólar nos últimos anos. A taxa de câmbio real em relação ao dólar (deflacionada pelo índice de preços ao produtor: PPI) e a taxa de câmbio real efetiva (ponderada adicionalmente pela distribuição geográfica das exportações) depreciou-se nos primeiros quatro meses de 2020, principalmente devido à crise, permanecendo então relativamente estável. Entretanto, a manutenção relativa da taxa de câmbio não se traduz em um aumento do peso da indústria de processamento no PIB.

Em resumo, a taxa de câmbio é uma das causas da possível desindustrialização, mas não mais, especialmente quando ela não é acompanhada por uma política industrial ativa. As importantes desigualdades de renda e a

valorização da moeda nacional militam a favor do comportamento dos rentistas, mas a influência desses fatores poderia ser contrabalançada por uma política industrial consistente, um estado “em desenvolvimento” que favoreça a inovação e o desenvolvimento de bancos dinâmicos em nível internacional. É preciso dizer que este não foi o caso. O esforço de pesquisa e desenvolvimento permanece em um nível medíocre, em torno de 1% do PIB, enquanto na Coreia do Sul é em torno de 4,5% do PIB.

O investimento insuficiente na indústria gera poucos empregos. A desindustrialização reduz a proporção de empregos criados por ponto de crescimento e a fortiori favorece a manutenção de empregos informais em um nível elevado. A desindustrialização em setores dinâmicos favorece empregos pouco qualificados em setores industriais pouco intensivos em capital – onde as pequenas empresas são amplamente dominantes – e que geram pobreza no trabalho e informalidade. O desenvolvimento dos serviços – excluindo o setor financeiro, telecomunicações etc., que são altamente capitalistas – favorece a manutenção ou mesmo o crescimento relativo dos empregos informais e da pobreza no trabalho, a menos que sejam decididas políticas sociais mais enérgicas.

Tabela 7 - Participação da indústria de processamento no PIB a preços constantes, em %, 2010-2021

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
13.75	13.55	13.02	13.04	12.37	11.69	11.46	11.58	11.54	11.38	11.31	11.33

Fonte: IBGE (2021).

A desindustrialização durante um longo período, bem como a manutenção relativa de seu peso no PIB a um nível baixo nos últimos anos, foi acompanhada por uma modificação do conteúdo da indústria de processamento: menos setores de crescimento, destruídos em parte devido à sua baixa competitividade internacional, mais setores com baixo conteúdo de capital. A desindustrialização observada se reflete em um déficit crescente na balança comercial da indústria de processamento e, mais particularmente, de produtos industriais sofisticados. Quando as balanças comerciais da indústria de processamento são quebradas de acordo com sua intensidade tecnológica, pode-se ver que essas balanças são negativas para todos os produtos de alta e média-alta tecnologia e positivas para os produtos de baixa tecnologia.

Tabela 8 - Balança comercial de produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica, 1º trimestre 2010 - 1º trimestre 2022, em milhões de dólares

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Media-alta intensidade tecnológica	-7716	-11276	-12323	-14285	-14112	-12579	-6573	-6667	-8272	-11074	-12097	-13997	-17168
Alta intensidade tecnológica	-5905	-6540	-7484	-7547	-8127	-6796	-4227	-5281	-6206	-6400	-7746	-8011	-10902

Fonte: IEDI (2022).

Nota: Produtos de alta tecnologia são, sobretudo, os da indústria farmacêutica, equipamentos de informática, equipamentos de rádio e TV, instrumentos médicos e ótica de precisão, produtos de média-alta tecnologia são principalmente máquinas e equipamentos elétricos, veículos motorizados, produtos químicos não farmacêuticos, máquinas e equipamentos mecânicos. Deve-se observar que, nestas categorias, não há produtos da indústria extrativa e serviços no Brasil. Eles são encontrados nos produtos de exportação-importação de tecnologia média-baixa.

Se, no total, a balança comercial é positiva, é porque as exportações de matérias-primas mais do que compensam o déficit na balança comercial da indústria de processamento.

Tabela 9 - Balança comercial, 1º trimestre de 2010 - 1º trimestre de 2022, em milhões de dólares

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mat 1º	7233	12275	14550	10153	11857	8130	9467	16118	15489	15733	17151	22314	25314
Ind. de transf.	-7121	-9973	-13035	-16976	-18891	-14613	-2104	-3104	-5740	-11254	-14359	-14227	-13516
Total	112	2302	1516	-6824	-7034	-6483	7363	13014	9749	4479	2792	8087	11799

Fonte: IEDI (2022), com base na classificação MIDC, OCDE.

O saldo da conta corrente (saldo da balança comercial e um conjunto de serviços como pagamento de dividendos e juros no exterior, turismo etc.) está em déficit. Estes déficits são principalmente compensados pelo influxo de investimento estrangeiro direto, que, por sua vez, gera dividendos pagos no exterior e lucros repatriados.

2 SURPRESAS QUE LEVANTAM DÚVIDAS

A crise econômica que começou em 2020 suscita dúvidas. De fato, houve uma retirada significativa do mercado de trabalho (maior do que em crises anteriores), uma queda no emprego informal que é mais significativa do que a do emprego formal, uma queda na taxa de pobreza por alguns meses, seguida de um forte aumento com a retomada da inflação após a interrupção do comércio internacional em 2021 e 2022 (Figura 2), com a renda do trabalho caindo em média um pouco mais de 8% entre março-abril-maio de 2012 e dezembro-janeiro-fevereiro de 2021, afetando acima de tudo os mais pobres (VIECELLI, 2022). Com a guerra na Ucrânia, o aumento dos preços se acelera – mais de 12%, particularmente para produtos alimentícios, e mais de 16% de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022 (FGV IBRE, 2022).

2.1 PRIMEIRA SURPRESA: O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Ao contrário do que poderia ter sido esperado, dado o programa econômico e social muito liberal do ministro da Fazenda, Paulo Guedes, a política em relação aos trabalhadores de baixa renda (Auxílio Emergencial) foi mantida por alguns meses durante a crise aberta devido à pandemia em 2020 e a pobreza, apesar da crise, o auxílio emergencial caiu ligeiramente. Com a redução deste programa e a recuperação inflacionária, a pobreza aumentou novamente. Uma crise (a pandemia) se sobrepôs a outra (a guerra na Ucrânia), os efeitos depressivos sobre o crescimento e a aceleração dos aumentos de preços, e a pobreza continuou seu movimento ascendente interrompido brevemente.

As políticas adotadas pelo governo Bolsonaro em relação à educação e à universidade foram objeto de medidas de austeridade significativas e politicamente direcionadas. As políticas para os afro-brasileiros (que são depreciativamente considerados por esse governo como preguiçosos) e para os povos indígenas (que igualmente são considerados obstáculos à modernização e, por isso, as medidas que facilitaram a desapropriação de suas terras) têm sido políticas de exclusão óbvia. A política presidencial de combate à pandemia foi irresponsável, até mesmo criminoso. A política seguida pelos governadores e prefeitos provavelmente mitigou estes efeitos, mas o número de mortes continua se impondo: 670.000 mortes no final de maio de 2022, ou seja, mais de 3.130 por milhão de habitantes, de acordo com dados avaliados pela Universidade John Hopkins. É uma das mais altas do mundo.

Box 2

Auxílio Emergencial

A política de ajuda, o Auxílio Emergencial, aprovado pelo Congresso em 30 de março de 2020, procurou sobretudo manter a demanda dos mais pobres, pelo menos por alguns meses, retardando assim a queda do PIB em 2020, ao contrário do que tem sido observado no México devido à ausência virtual desta política (SALAMA, 2021b). O auxílio foi destinado aos trabalhadores informais, independentemente de seu status (assalariados ou não) com baixa renda.

A decisão de implementar um apoio maciço – mas temporário – às categorias mais desfavorecidas é provavelmente explicada pelos riscos políticos de uma recusa de confinamento por parte do governo (“aqueles que se recusam a ir trabalhar não são pagos”) em oposição às decisões de vários governadores. Para limitar estes riscos, o Congresso Nacional decidiu sobre este auxílio emergencial e várias emendas o tornaram mais generoso. Originalmente oposto a estas medidas, o presidente Bolsonaro pôde se beneficiar politicamente por alguns meses, pois sua popularidade aumentou com o pagamento desta ajuda, caindo depois no final destes pagamentos.

Um fundo adicional, destinado aos funcionários formais – o BEM (“programa emergencial de manutenção do emprego e da renda”) –, teve como objetivo compensar parcialmente a queda na renda ligada a uma maior flexibilidade no horário de trabalho. Este último está relativamente próximo do “desemprego parcial” praticado em diversos países, em seus empregos em troca de maior flexibilidade no horário de trabalho, ou seja, a possibilidade de reduzir seu horário de trabalho e receber ajuda pública para compensar a redução de seus salários para funcionários que não têm salários altos.

As somas mobilizadas para financiar o Auxílio Emergencial foram rapidamente implementadas e desembolsadas. Ela beneficiaria 67 milhões de pessoas. As pessoas inscritas no registro de assistência social teriam acesso automaticamente a essa ajuda na condição de que se retirassem da ajuda, como a subvenção familiar muito menos “generosa”, assim como 30 milhões de pessoas desconhecidas dos serviços estatais. Estes “invisíveis” foram incorporados à base declaratória.

Como vimos, trata-se daqueles com status informal e ascende a 600 reais por mês (1.200 para mães solteiras) pagos durante a duração deste programa, cujo fim foi adiado até dezembro de 2020, com uma redução significativa em seu valor.

Os montantes pagos são consideráveis, especialmente quando comparados com a subvenção familiar. Eles são destinados a mais pessoas. Para aqueles com status de emprego formal, o auxílio se destina a compensar parte da perda de renda devido a uma maior flexibilidade no horário de trabalho. É doze vezes menos importante que o auxílio emergencial (RAZAFINDRAKOTO; ROUBAUD, 2021; RAZAFINDRAKOTO; ROUBAUD; SALUDJIAN, 2022). Ver também Lustig e Trasberg (2021).

O custo econômico desta política e a redução da receita pública devido à extensão da crise econômica em 2020 explicam em grande parte o aumento do déficit primário (déficit antes do serviço da dívida pública devido ao pagamento de juros). Isto correspondeu a -9,9% do PIB em 2020, em comparação com -1,2% em 2019. O déficit orçamentário está aumentando, a dívida pública está aumentando 14 pontos em um ano, apesar da lei de responsabilidade fiscal e da regra de ouro. Todas essas limitações são às vezes contornadas por truques de apresentação ou adiamentos (pedaladas, mas também precatórios: pagamento de bônus ao invés de aumentos salariais no serviço público pagáveis de acordo com horários indefinidos e de fundos inexistentes que podem vir de futuras privatizações). Isto explica por que pode haver déficits públicos consideráveis e aumentos acentuados como em 2020, apesar destas restrições. A dívida pública bruta aumentou em 14,5 pontos do PIB entre 2019 e 2020, de 74,3% para 88,8% do PIB entre essas duas datas (TESOURO NACIONAL, 2021). Deve cair ligeiramente em 2021 graças à recuperação econômica e à redução do Auxílio Emergencial.

2.2 SEGUNDA SURPRESA: UMA RETIRADA SIGNIFICATIVA DO MERCADO DE TRABALHO

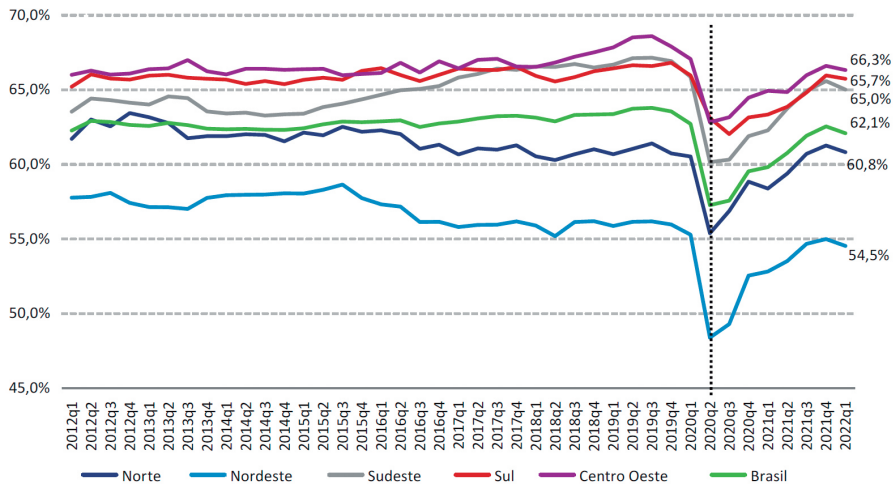
Durante a crise aberta de 2020, a taxa de participação – a relação entre a população economicamente ativa (PEA)⁸ e a população em idade de trabalho – caiu significativamente. Esta queda corresponde a uma retirada de parte da população do mercado de trabalho, especialmente os mais pobres. Tem sido maior do que em crises anteriores⁹.

Como é que uma parte da população se retira do mercado de trabalho durante crises abertas, quando a crescente salarização e a monetarização que a acompanha são geralmente acompanhadas por um aumento das taxas de atividade, seja ela assalariada ou não, formal ou informal? Por que isso diz respeito principalmente às categorias menos abastadas ou mesmo pobres, provavelmente em contraste com o que tem sido observado nos Estados Unidos nos últimos dois anos?

⁸ Deve-se lembrar que são pessoas com um emprego, formal ou informal, mais aqueles que estão procurando um emprego. As pessoas inativas não estão incluídas no AEO, elas estão fora do mercado de trabalho. As pessoas que têm um emprego de meio período e gostariam de trabalhar mais são contadas como empregadas e não desempregadas, categoria B, como é o caso nos países avançados. A taxa de participação é a AEO em relação à força de trabalho em idade de trabalho.

⁹ A porcentagem de pessoas empregadas na população em idade ativa cai de 56,2% no primeiro trimestre de 2015 para 53,1% no primeiro trimestre de 2017 (crise 2015-2016). Entre o primeiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2020, esta porcentagem cai de 53,5% para 47,1%. A população desempregada na crise de 2015-2016 aumenta de 4,8% para 8,5%. Na crise de 2020, a porcentagem da população desempregada na população em idade de trabalho aumenta ligeiramente de 7,5% para 8%. A maior diferença entre as duas crises está na porcentagem de inativos (fora do mercado de trabalho): enquanto nos mesmos períodos, esta porcentagem é relativamente estável na primeira crise, cerca de 38,5%, ela aumenta de 39% para 44,7% em 2020, o que é considerável em tão pouco tempo (CORSEUIL *et al.*, 2021). A fim de evitar possíveis confusões, deve-se lembrar que este estudo não se refere à população economicamente ativa (PAE), mas à população empregada (isto é, excluindo o desemprego). Finalmente, é preciso lembrar que a taxa de desemprego é calculada em relação ao PAE. É por definição mais importante do que a taxa de desempregados, uma vez que esta última é medida em relação à população em idade de trabalho. A queda da população economicamente ativa explica em parte porque a taxa de desemprego permaneceu alta no terceiro trimestre de 2020, em 14,6% da população economicamente ativa.

Figura 2 - Evolução da taxa de participação, do Brasil e das regiões, 2012q1-2022q1



Fonte: FGV IBRE (2022).

A retirada do mercado de trabalho afeta principalmente os mais pobres. A taxa de participação passa a ser menor nas chamadas regiões “pobres” (por exemplo, o Nordeste), onde a pobreza é mais alta, do que nas regiões “mais ricas” (por exemplo, o Sul), e seu declínio durante a recente crise é maior lá. Isto, por si só, é uma primeira surpresa.

Box 3

Retirada parcial do mercado de trabalho e pobreza

Retirada parcial dos mais pobres do mercado de trabalho, incluindo mulheres e negros

A informalidade concentra as rendas mais baixas e, portanto, a pobreza. A retirada parcial do mercado de trabalho desta categoria da população pode ser explicada pela escassez de empregos disponíveis, incluindo os informais, durante a crise, pela ausência do benefício de desemprego (por definição) e pela assistência excepcional fornecida pelo governo aos mais pobres durante este período. Estes três fatores explicam o aumento da ausência de procura de emprego e, portanto, a retirada parcial do mercado de trabalho.

As mulheres são discriminadas em relação aos homens. Os negros são discriminados em relação aos brancos, portanto, as mulheres negras são duplamente discriminadas, como pode ser visto na tabela abaixo.

Taxa de pobreza por gênero e cor da pele em porcentagem					
	Observado pré-pandêmico	Observado julho de 2020	Observado outubro de 2020	Sem AE	Com AE
Mulheres negras	33	26	32	41	39
Homens negros	32	29	31	30	36
Mulheres brancas	15	14	16	21	19
Homens brancos	15	14	16	21	19

Fonte: Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021).

Os dados são construídos a partir da PNAD contínua, com a linha de pobreza a \$5,5 2011 PPP

Hiatos da pobreza de mulheres negras em relação aos outros grupos, em pontos percentuais – Brasil

a) Pobreza extrema, linha de pobreza \$1,90 2011 PPP

	Negros	brancos	Branças
Pré-pandêmico	0.4	5.7	5.8
Observado julho 2020	0.0	1.2	1.1
Observado outubro 2020	0.3	3.7	3.7
Sem AE	1.3	7.8	8.1
Com AE	0.8	6.7	6.8

b) Pobreza, linha de pobreza a \$5,5 2011 PPP

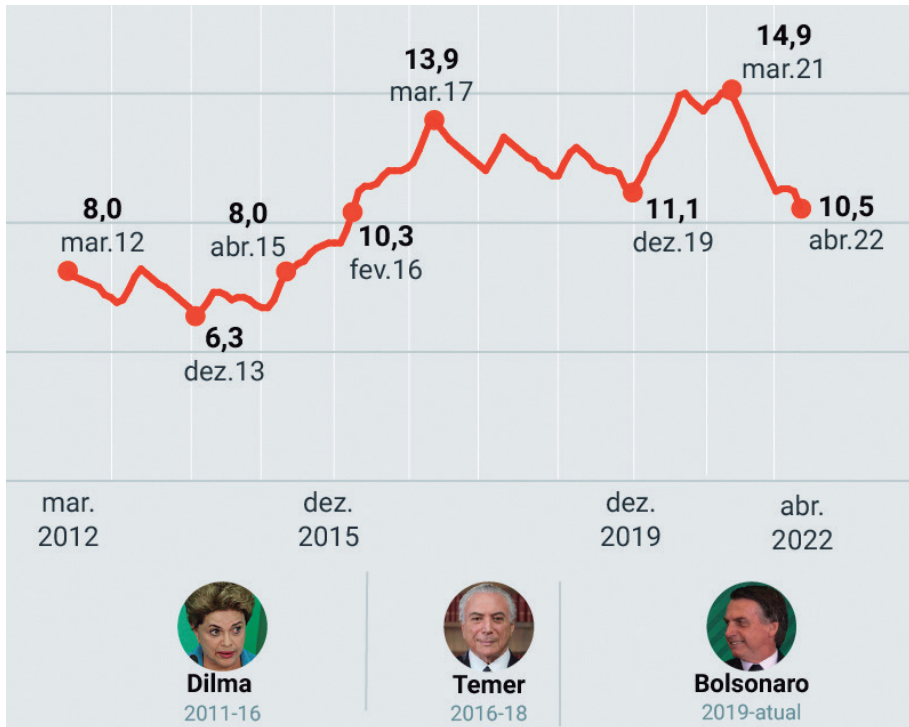
	Negros	brancos	Branças
Pré-pandêmico	1	18.3	17.9
Observado julho 2020	1	12.2	12.2
Observado outubro 2020	1.9	16.3	16.4
Sem AE	2.4	19.7	20.1
Com AE	2.2	18.5	18.8

Fonte: Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021).

Há várias explicações para esta retirada: em tempos de crise, a probabilidade de encontrar um emprego é menor. A análise da taxa de desalento mostra um aumento significativo do número de desalentados em 2020 e uma subsequente redução com a recuperação econômica. A ajuda significativa decidida pelo governo para apoiar os mais pobres permitiu-lhes sobreviver mesmo sem trabalhar. Finalmente, um fortalecimento da solidariedade familiar provavelmente facilitou essa retirada.

Estas explicações são relevantes, mas insuficientes. De fato, no México, onde esta ajuda foi baixa durante a crise aberta, houve uma maior retirada do mercado de trabalho e, portanto, podemos nos perguntar se outros fatores não deveriam ser levados em consideração (SALAMA, 2021b), cuja análise iria além do escopo deste artigo.

Figura 3 - Evolução da taxa de desemprego sob as três últimas presidências



Fonte: IBGE (2021).

Com a recuperação, a taxa de participação aumentou novamente sem atingir o nível em que se encontrava antes da pandemia. A taxa de participação em fevereiro de 2020 é de 62,7% e em fevereiro de 2022 61,6% de acordo com o IPEA (SALAMA, 2021b). A taxa de desemprego caiu de 14,7% para 10,5% em abril de 2022, mas dentro da população empregada, a porcentagem daqueles que trabalham em tempo parcial aumenta para 23,2% da população empregada, de acordo com pesquisas da PNAD.

2.3 TERCEIRA “METADE” DA SURPRESA

Espera-se que a informalidade aumente durante períodos de crise. Nesta abordagem, a informalidade é vista como uma “esponja”: os trabalhadores que perdem seus empregos se refugiam em empregos informais para sobreviver. Os empregos formais tendem a se tornar parcialmente informais com a flexibilização do trabalho e o aumento da precariedade; os empregos informais tendem a se tornar parcialmente formais com acesso a benefícios sociais sem contribuição

prévia. Os limites entre informalidade não são mais os mesmos do passado (RAZAFINDRAKOTO; ROUBAUD; SALUDJIAN, 2022).

As atividades informais e formais (empregos) estão cada vez mais interligadas, com uma apoiando a outra e vice-versa. Novas formas de informalidade estão surgindo ligadas ao surgimento de novas tecnologias. Graças à internet e às plataformas, novas formas de trabalho se desenvolveram, conhecidas como “uberização de empregos”, com trabalhadores com o status de empresários autônomos, trabalhando em uma situação muito precária e com pouca proteção social.

Tabela 10 - Taxa de informalidade, Brasil e regiões, 2019 T1 - 2022 T1

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2019 1º tri	56.54	53.39	34.45	32.16	37.57	40.37
2020 1º tri	56.48	52.46	33.65	30.37	37.49	39.50
2021 1º tri	55.32	53.24	33.11	29.28	37.28	39.11
2022 1º tri	56.61	53.62	34.18	31.27	36.86	40.10

Fonte: FGV IBRE (2022), com base em dados PNAD/IBGE.

A queda no emprego informal é de 12,6% em 2020, um período de crise aberta. Os mais afetados são os trabalhadores com baixa escolaridade e empregados em serviços. A queda nos empregos formais é menor, de 4,1%. Em 2021, com a recuperação, os empregos informais aumentam novamente, mais do que os formais, e em dezembro de 2021 são 1,2% mais altos do que pouco antes da pandemia, enquanto os empregos formais são 0,5% mais altos do que seu nível pré-crise, com alguns dos desempregados retornando ao trabalho, quase um terço dos quais são empregos de meio período (SCHYMURO, 2022).

Em resumo, se considerarmos os quatro polos seguintes – a taxa de desemprego, a população economicamente ativa, a taxa de emprego formal e a taxa de emprego informal –, observamos que a taxa de desemprego, que já era alta na véspera da pandemia, aumenta ligeiramente e depois cai durante a recuperação. A população economicamente ativa cai acentuadamente, só para crescer novamente com a recuperação econômica, com o emprego informal caindo mais do que o emprego formal durante a crise. A queda acentuada dos empregos informais não se traduz, portanto, em um aumento significativo da taxa de desemprego, mas em uma consequente retirada do mercado de trabalho, pois a dispensa de trabalhadores protegidos não incentiva a busca de empregos informais, ao contrário do que se poderia esperar.

2.4 QUARTA SURPRESA: A POBREZA DECLINA DURANTE A CRISE ABERTA E AUMENTA DURANTE A RECUPERAÇÃO

Segundo dados da Cepal (2021c), a pobreza extrema, depois de ter aumentado durante a forte crise de 2015-2016 até 2019, diminuiu em seguida. Caiu de 5,8% para 5,1%. A pobreza absoluta evoluiu em paralelo, passando de 20,2% em 2019 para 18,4% em 2020, apesar da crise, graças à política sustentada de transferências de dinheiro durante a pandemia que apresentamos.

Tabela 11 - Evolução da pobreza durante a pandemia no Brasil

	Taxa de pobreza		Milhões de pessoas	
	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza
Observado pré-pandemia	6.6 %	24.8 %	13.9	51.9
Observado em julho 2020	2.4 %	20.3 %	5	43
Observado em outubro 2020	5.1 %	24.6 %	10.9	52.1
Simulação sem AE	10.7 %	31.4 %	22.6	66.4
Simulação com AE de 2021	9.1 %	28.9 %	19.3	61.1

Fonte: Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021).

Nota: Usando métodos de cálculo ligeiramente diferentes, os mesmos desenvolvimentos são observados abaixo, com os dados da PNAD sendo recalculados a partir das linhas de pobreza internacionais estabelecidas pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 2022).

Usando critérios diferentes para medir a pobreza, os do Banco Mundial, as tendências da pobreza são semelhantes.

Tabela 12 - Taxa de pobreza extrema: rendimentos abaixo de US\$ 1,5 por dia PPP em 2011, Brasil e duas regiões, a “mais rica” e a “mais pobre”

	2014	2019	2020
Brasil	4.7	6.8	6.7
Nordeste	9.8	14.2	10.4
Sul	1.5	2.3	2.8

Fonte: adaptado de Duque (2022) com base em IBGE, em pesquisas contínuas da PNAD e em critérios do Banco Mundial (WORLD BANK, 2022).

Tabela 13 - Taxa de pobreza, rendimentos abaixo de US\$ 5,5 PPP em 2011

	2014	2019	2020
Brasil	23.8	25.9	24.1
Nordeste	42	44.6	40.5
Sul	10.9	12	12.9

Fonte: adaptado de Duque (2022) com base em IBGE, em pesquisas contínuas da PNAD e em critérios do Banco Mundial (WORLD BANK, 2022).

De acordo com Duque (2022), com a recuperação da inflação, a pobreza aumenta novamente a partir do 3º trimestre de 2020.

CONCLUSÃO

Décadas de estagnação no crescimento do PIB per capita intercaladas com pequenas fases de crescimento seguidas de recuperações que antes eram rápidas, mas agora são lentas, marginalização na economia global, um pronunciado desligamento das economias asiáticas, um nível ainda alto de pobreza absoluta, desigualdades de renda e riqueza insustentáveis, violência que tende a se tornar sistêmica, e um alto nível de desconfiança dos políticos e instituições, caracterizam os países latino-americanos e, mais particularmente, o mais importante deles, o Brasil. Este é um quadro sombrio, pessimista, mas, mesmo assim, conciso. Algumas surpresas, mesmo que temporárias, nos questionam e pedem a construção de novos conceitos para analisar a sociedade em seu movimento em direção a uma política alternativa centrada em uma distribuição de renda menos desigual e uma política industrial mais agressiva.

O Brasil é hoje um país em uma encruzilhada. As rupturas já estão presentes, precipitadas pela pandemia, a guerra na Ucrânia e a exaustão política do atual governo. Os incêndios, no sentido metafórico do termo, estão próximos, com possíveis mudanças radicais na forma como a democracia é vivida, na forma como a sociedade é profundamente modificada para uma maior inclusão e, amanhã, para uma recuperação econômica que respeite o meio ambiente. Mas, como disse Valéry, o pessimismo da razão é uma fonte de otimismo para o coração... Analisamos as razões deste pessimismo e o otimismo... é de responsabilidade dos brasileiros que estão fazendo sua própria história em condições que não são determinadas por eles.

REFERÊNCIAS

ABIOVE. Estatísticas. **Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais**, São Paulo, s. d. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRUNO, M. A financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. *In*: MARQUES, R.; CARDOSO, J. C. (org.). **Dominância financeira e privatizações das finanças públicas no Brasil**. Brasília, DF: Fonacate, 2022. p. 38-76.

CEPAL. **La paradoja de la recuperación en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2021a.

CEPAL. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2021b. Disponível em: <http://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/ambientales/indicadores-ambientales-iaii/anuario-estadistico-de-la-cepal>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago: CEPAL, 2021c.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; PADILHA, G.; RAMOS, L.; RUSSO, F. **Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da Pandemia de Covid-19**. Brasília, DF: IPEA, 2021. (Nota técnica n° 92).

DUQUE, D. **Pobreza infantil monetária no Brasil: impactos da pandemia na renda das famílias com crianças e adolescentes**. Brasília, DF: UNICEF, 2022.

FGV IBRE. O tamanho do aperto monetário, lá e aqui. **Boletim Macro**, São Paulo, n° 131, p. 1-36, maio 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-05/2022-05-boletim-macro.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FOME CRESCE 57% em um ano e já atinge 33 milhões de brasileiros. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/08/fome-cresce-57-em-um-ano-e-ja-atinge-33-milhoes-de-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2022.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=32373&t=resultados>. Acesso em: 17 ago. 2022.

IEDI. Carta IEDI: n° 1143. **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial**, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1143.html. Acesso em: 07 ago. 2022.

IPEA. Estatísticas e índices. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/estatisticas-indices>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LUSTIG, N.; TRASBERG, M. How Brazil and Mexico diverged on social protection in the pandemic. **Current History**, [s. l.], n. 823, p. 57-63, 2021. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/currenthistory/article/120/823/57/115913/How-Brazil-and-Mexico-Diverged-on-Social>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MDIC. Comex Stat. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MEDEIROS, M. *et al.* O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015.

MORGAN, M. Falling inequality beneath extreme and persistent concentration: new evidence for Brazil combining national account, survey and fiscal data. **WID.world**, [s. l.], n. 12, p. 1-78, Aug. 2018.

NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e na extrema pobreza. **Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades**, São Paulo, n. 10, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

RAZAFINDRAKOTO, M.; ROUBAUD, F. Bolsonaro et la Covid-19 au Brésil: réflexions autour d'un double paradoxe, **Revue de la Régulation**, [s. l.], n. 29, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/20124>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RAZAFINDRAKOTO, M.; ROUBAUD, F.; SALUDJIAN, A. Crises, informalité et reconfigurations sur le marché du travail: quatre décennies de bouleversements économiques au Brésil. **Développement Institutions Mondialisation**, Paris, 2021. Disponível em: <https://dial.ird.fr/wp-content/uploads/2021/10/2021-03-Crises-informalite-et-reconfigurations-sur-le-marche-du-travail-quatre-decennies-de-bouleversements-economiques-au-Bresil.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ROBIN, M. M. **La fabrique des pandémies**. Paris: La Découverte, 2021.

SALAMA, P. **O desafio das desigualdades: América Latina/Ásia: uma comparação econômica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SALAMA, P. **Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis**. Paris: Armand Colin, 2012.

SALAMA, P. Financialization in Brazil: a paper tiger, with atomic teeth? *In*: ULGEN, F. (Ed.). **Financial development, economic crisis and emerging market economies**. Routledge, 2018. p. 187-205.

SALAMA, P. **Contágio viral, contágio econômico e riscos políticos na América Latina**. São Paulo: Contracorrente, 2021a.

SALAMA, P. Brasil, México, uma pandemia devastadora que questiona. **América Latina**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <https://www.americalatina.net.br/brasil-mexico-uma-pandemia-devastadora-que-questiona-por-pierre-salama/>. Acesso em: 14 maio 2022.

SCHYMURO, L. G. Mercado de trabalho: momento macro é desanimador, mas há toda uma agenda micro, **FGV IBRE**, São Paulo, 07 abr. 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/mercado-de-trabalho-momento-macro-e-desanimador>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SECEX. **Secretaria de Comércio Exterior**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/secretaria-de-com%C3%A9rcio-exterior>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, J. G. “Erradicar a fome é uma questão de vontade política”. [Entrevista cedida a] Mathilde Gérard. **IFZ – Instituto Fome Zero**, [s. l.], 08 jun. 2022. Disponível em: <http://ifz.org.br/2022/06/08/erradicar-a-fome-e-uma-questao-de-vontade-politica/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TESOURO NACIONAL. **Relatório de projeções da dívida pública**. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:38868. Acesso em: 11 ago. 2022.

VIECELI, L. Taxa de desemprego é a menor desde 2016, mas renda cai 8,8% em um ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2022. Mercado de trabalho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/taxa-de-desemprego-e-a-menor-desde-2016-mas-renda-cai-88-em-um-ano.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2022.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects**. Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Texto submetido à Revista em 08.06.2022

Aceito para publicação em 13.11.2022